

Deputada do PSL defende fim de aborto até mesmo em casos de estupro

Resumo da notícia

- Projetos contra o aborto dispararam e atingem recorde desde 1949
- Deputada do PSL, de Jair Bolsonaro, lidera PLs contra aborto em 2019. Em um deles, defende o fim do aborto até em caso de estupro
- Apesar disso, projetos não vão para frente. Para especialistas, manter a polêmica é importante para grupos antiaborto

(Universa, 18/10/2019 - acesse no site de origem)

A impossibilidade de “desestuprar” uma mulher é o argumento central de um projeto de lei contra o aborto assinado por dois deputados do PSL, partido do presidente [Jair Bolsonaro](#). O texto, encabeçado pela deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), pede fim do aborto legal e seguro para mulheres que foram estupradas. Desde a Era Vargas, o [Brasil permite que mulheres violentadas](#) interrompam a gestação com auxílio de um médico.

“O autor do estupro ao menos poupou a vida da mulher, senão ela não estaria grávida. Pergunta que não quer calar: é justo que se faça com a criança o que nem sequer o agressor quis fazer com a mãe: matá-la?”, continua o texto.

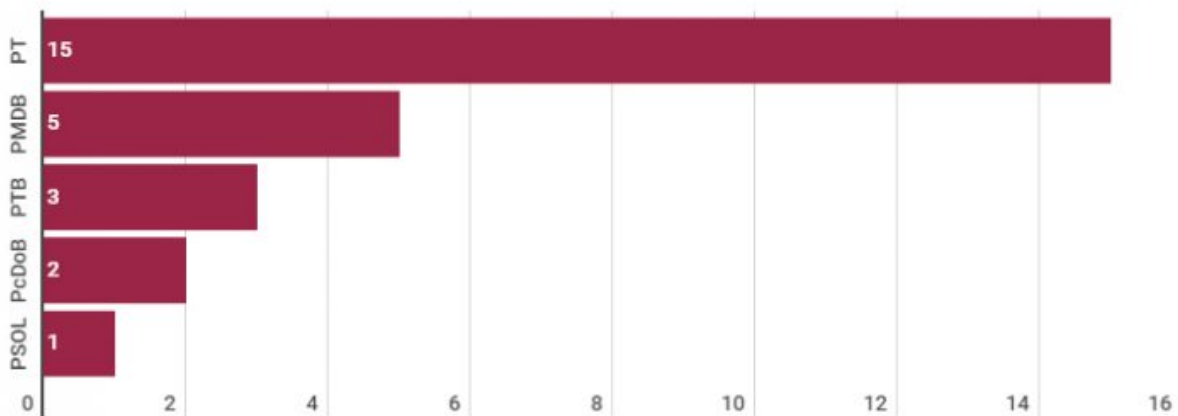
Eleita com quase 40 mil votos nas eleições de 2018, Chris Tonietto foi financiada com dinheiro do fundo de campanha do PSL. A parlamentar foi beneficiada pelo investimento obrigatório de [dinheiro público em candidaturas femininas](#). Assim, a advogada católica de 27 anos tornou-se o “rosto” do partido para tratar sobre aborto.

Quem legisla sobre aborto?

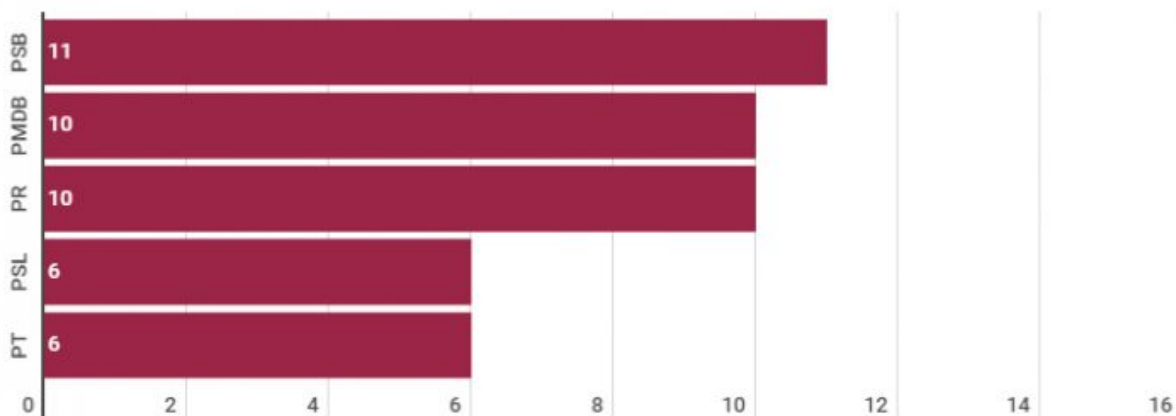


Partidos que mais apresentaram projetos de lei

A favor



Contra



(Fonte: Câmara dos Deputados/Gênero e Número; dados de 1949 a 2019)

Além

do PL que pede fim do aborto em casos de estupro, a deputada do PSL apresentou projetos para instituir a “Semana Nacional do Nascituro” e para incluir acesso a direitos desde a concepção. No Twitter, ela comemorou o título.

“Grande dia! Lembrando que não existe direito ao assassinato”, publicou.

Universa fez três pedidos de entrevista para Chris, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem. Após a publicação, a deputada se pronunciou no Twitter: “O UOL, além de insinuar que sou conivente com a terrível realidade do estupro por não desejar ver punido um bebê no lugar do estuprador, ainda traz uma grande mentira a respeito da legislação: no Brasil, não há ‘direito ao aborto’, apenas despenalização em algumas circunstâncias”, escreve.

Empreitada não é nova

Apesar de o assunto ser uma bandeira de seu mandato, a proposta de Chris não é novo.

Projetos de lei que pedem “direito à vida desde a concepção”, datas especiais em memória dos nascituros e o fim do direito ao aborto em qualquer circunstância se tornaram comuns nos últimos 20 anos. Desde 2005, o “bastão” foi passado de mão em mão entre deputados do PT, da bancada da bala, da Frente Evangélica e até mesmo por nomes como Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara [preso desde 2016 após recebimento de propina da Petrobrás](#).

Neste ano, a investida atingiu um ápice inédito. De fevereiro para cá, 28 projetos de lei mencionam o termo aborto e 43% deles buscam dificultar o direito a fazer um aborto permitido por lei, segundo o [Gênero e Número](#), instituição que compila dados sobre equidade de gênero. É o maior número sobre o tema desde 1949.

Considerando apenas este ano, o partido de Bolsonaro apresentou seis projetos contra o aborto, o maior entre as siglas.

No comando do Executivo entre 2002 e 2016, o PT é o partido com o maior número de projetos a favor da descriminalização do aborto nos últimos 20 anos. Em contrapartida, também aparece entre os cinco partidos com o maior número de PLs para obstruir o aborto permitido pelo Código Penal desde 1940.

Investida contra aborto nos anos 2000 começou com PT

Em 2005, o PT foi o primeiro a presidir a “Frente Parlamentar de Defesa da Vida Contra o Aborto” encabeçada pelo então deputado federal petista Luiz Bassuma, hoje no Avante (BA). Na ocasião, o parlamentar foi punido pelo PT, a favor da descriminalização, e mudou de sigla. Em um aceno às bases cristãs e também conservadoras, os ex-presidentes petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff nunca defenderam o direito ao aborto publicamente.

De lá para cá, a frente parlamentar, de caráter simbólico, costura o tema entre a Câmara e a sociedade civil. Hoje, continua a ser presidida por um homem: Diego Garcia (Pode-PR). São homens, inclusive, os que mais apresentam projetos sobre aborto.

Desde a liberação para aborto em caso de fetos anencéfalos pelo Supremo Tribunal Federal em 2012, parlamentares lançam textos com a mesma argumentação: aborto é assunto que deve ser tratado no Legislativo, não no Judiciário. Um dos exemplos foi a [PEC 181/2015](#), que pedia direito ao feto desde a concepção contra o STF. O texto avançou em comissões da Câmara, em 2017, e gerou protestos de rua pelo país.

A tática de confronto institucional foi repetida por Chris Tonietto, que participou de uma palestra com o ministro do Supremo Luís Roberto Barroso terminada em confusão durante o período eleitoral de 2018. O ministro se tornou alvo das bancadas mais conservadoras do

Congresso ao [absolver agentes de uma clínica de aborto clandestina no Rio de Janeiro](#).

Engavetamento

Apesar da investida, os PLs sobre aborto costumam ser engavetados. Para a pesquisadora da Fapesp, Patricia Jimenez Rezende, especialista em movimentos antiabortos contemporâneos, lançar projetos sobre o tema é uma maneira eficaz para chamar atenção para seus mandatos e candidaturas. Por isso, mesmo sem efetividade, o assunto é mantido em pauta. “É um tema sem consenso. Há partidos que evitam polêmica em período eleitoral, enquanto outros tomam proveito”, diz.

Para a cientista política Beatriz Rodrigues Sanchez, pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política da USP, a bandeira do aborto é uma reação conservadora aos movimentos de direitos das mulheres nos últimos anos. Mesmo com maior participação feminina nas últimas eleições, o quadro não se reverteu. “Boa parte das mulheres eleitas também usaram uma tática antifeminista para se afastar e ganhar repercussão”, explica.

Por Marcos Candido